

Nota do organizador do CD: Relatório apresentado pela equipe de Pernambuco, tendo Paulo Freire como um dos relatores, ao 2º Congresso de Educação de Adultos realizado no Rio de Janeiro em 1958. A comunicação transcrita abaixo representa a primeira mudança do conceito de analfabetismo e da concepção de alfabetização, assumida posteriormente pelos movimentos de cultura e educação popular do início dos anos 1960, particularmente pelo próprio Paulo Freire.

Relatório Final do Seminário Regional de Educação de Adultos

(Pernambuco – 1958)

2ª Comissão:

Tema: O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

1 – A situação em face dos dados estatísticos oficiais, apresentados pelo Departamento regional de Estatística, Inspeção Regional de Estatística Municipal, setor de Pernambuco, Conselho Nacional de Estatística:

a) em 1958, a matrícula inicial nas escolas primárias atingiu apenas a 33% da população em idade escolar;

b) em 1957, dos 4.010.883 habitantes do Estado, sabiam ler e escrever. 1.696.184, o que nos dá uma percentagem de 42,28% de letrados;

c) em 1950 a quota de alfabetização, baseada no Senso Demográfico, é de 31,75%, embora marque pequeno progresso em comparação à de 1940, que é de 28,33%;

d) a quota de alfabetização masculina é mais elevada do que a feminina, tanto em 1940 como em 1950; porém a diferença relativa entre as quotas de alfabetização dos dois sexos é menor em 1950 do que em 1940, tendo sido o progresso da alfabetização feminina maior do que o da masculina entre 1940 a 1950;

e) em relação às diferentes regiões do Estado, o resultado é o seguinte:

A quota de alfabetização mais elevada é a da zona do litoral e Mata (33,76% em 1940 e 36,41% em 1950);

A zona do sertão do São Francisco foi a que apresentou o maior progresso (de 26,34% em 1940 para 31,90% em 1950);

A zona do Sertão Baixo e do Sertão do Araripe apresentam quotas de alfabetização ainda mais baixos (17,84% em 1940 e 20,06% em 1950, na Zona do Sertão Baixo, e 19,18% em 1950, na do Sertão do Araripe);

A quota mais baixa de alfabetização (16,50% em 1940 e 18,14% em 1950) corresponde à zona do Agreste;

f) examinando-se as quotas de alfabetização, por Municípios, encontram-se diferenças muito fortes: variam essas quotas entre os mínimos de 8,04% em 1940 (João Alfredo) e 9,41% em 1950 (Bom Jardim) e os máximos de 63,57% em 1940 e 60,04 em 1950 (recife).

Em 61 municípios a quota de alfabetização é maior em 1950 do que 1940 e em 24, menor. Verificaram-se superiores a 10% da quota de alfabetização nos Municípios de Bezerros e da Jatinã. As maiores diminuições da quota de alfabetização foram verificadas nos Municípios de Gameleira, Manissobal (atual São José do Belmonte) e Recife;

g) em comparação com as outras unidades da Federação, Pernambuco ocupa o 14º lugar, levando-se em conta a alfabetização na população de dez (10) anos ou mais.

2 – A situação em face dos dados oficiais fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Pedagógicas de Pernambuco:

a) é insuficiente a rede escolar do Estado: em levantamento procedido em 1955 era de 5051 o “déficit” de escolas, ficando fora das mesmas 67% das crianças;

b) a evasão dos alunos é problema que continua a desafiar todo o esforço dos responsáveis pela educação. A percentagem mais alta obtida, nos últimos anos, de alunos que concluem a 5ª série, sobre o total da matrícula, foi de 10%, registrada em 1957; é aproximadamente de 90% a evasão até a conclusão do curso;

c) em relação ao rendimento escolar, o resultado apresentado pela 1ª série, tem feito, invariavelmente, baixar de muito a percentagem de todas as escolas.

A percentagem mais alta obtida nestas séries foi de 69% em 1957, isto mesmo devido a uma maior condescendência recomendada na organização e aplicação das provas. No mesmo ano, foi de 82%, 82%, 81% e 83% a percentagem nas 2^{as}, 3^{as}, 4^{as} e 5^{as} séries, respectivamente;

d) a repetição de série uma, duas, três, quatro e até 5 vezes é fato que tem ocorrido nas escolas do estado, obrigando muitas vezes o aluno a permanecer na escola primária, sete, oito, nove e até dez anos, sem que muitas vezes, tenha concluído o curso;

e) enfim, soma de conhecimentos e técnicas dominadas por 70% dos escolares primários de Pernambuco é deficiente e não satisfaz aos propósitos de uma escola fundamental.

NOTAS:

1ª - Vejam-se os quadros demonstrativos que acompanham o relatório da 2ª Comissão;

2ª - Faltam dados sobre a instabilidade da população sertaneja, ou seja, sobre o seu deslocamento, sobretudo em períodos de estiagem prolongada, o que, como é óbvio, deverá pesar, e muito, no baixo índice de alfabetização do estado.

SUGESTÕES PARA UMA SOLUÇÃO:

a) Levar o governo federal a suprir as deficiências da rede escolar nos estados deficitários, de modo a que possa cumprir a Lei de obrigatoriedade do ensino primário, realizando-se simultaneamente campanhas reeducativas, neste sentido;

b) Oferecer facilidades à iniciativa particular, em tudo que diga respeito à difusão da cultura, sem diminuição das responsabilidades do Estado, neste setor de atribuições;

- c) Manter a escola gratuita, mediante a execução de um vasto plano educacional, que atinja a todos os recantos do país, aberta a todos os seus habitantes, com efetiva igualdade de oportunidades, porque “educação não é privilégio”;
- d) Aplicar, em cada unidade da Federação, os fundos de educação Estadual, previstos pela Constituição, em sua exata proporcionalidade;
- e) Efetivar um inteligente plano de descentralização do ensino, dando aos estados maiores oportunidades de aplicação dos seus sistemas escolares, bem como de aplicação das verbas federais que lhes forem destinadas;
- f) Rever cuidadosamente a rede escolar em função, mediante informação de Inspetorias locais, tendo em vista a supressão e localização de cadeiras nas zonas mais adequadas;
- g) Assistir tecnicamente o professorado por meio de estágios, cursos, reuniões, círculos de estudo, mesas redondas, seminários, e pelo fortalecimento e empréstimos de monografias, livros didáticos especializados, instruções, planos de trabalho, etc;
- h) Selecionar os elementos mais capazes do magistério de modo que possam cumprir com acerto a dedicação às funções a que se destinam;
- i) Organizar o currículo da escola primária de forma que o processo educativo se exerça sem paradas, lacunas ou evasões, atendendo a programas flexíveis e adaptados às possibilidades do educando e às necessidades locais;
- j) Conceituar exatamente os termos – alfabetizar, alfabetização – libertando a escola de conceitos tradicionais que levam ao impedimento de promoção de grau aos 33% de alunos matriculados nas escolas primárias e à evasão de 90% de seus alunos até a conclusão de Curso.
- k) Combater sem tréguas o pauperismo e a ignorância das populações nordestinas, mediante um vasto plano civilizado, de aplicação imediata, aproveitando os recursos da eletrificação, irrigação, drenagem e açudagem, com o aproveitamento integral da energia de Paulo Afonso, obtendo-se uma industrialização bem planejada e a racionalização dos métodos de aproveitamento do solo.

3ª Comissão

Tema: A EDUCAÇÃO DOS ADULTOS E AS POPULAÇÕES DE MARGINAIS: O PROBLEMA DOS MOCAMBOS.

- a) Apesar de serem considerados “marginais” todos aqueles que não se integram perfeitamente na vida social, dependendo como tal serem incluídos os inválidos de todos os tipos, os mendigos, as prostitutas, os fora da lei, em geral, a Comissão se fixou naqueles que residem em mocambos, este foi o tema que lhe coube, bem ajustado a uma das formas de habitação típica de grande parte dos marginais de Recife;

- b) É de todo louvável o esforço do conhecimento das peculiaridades regionais brasileiras, de nosso contorno social e histórico;
- c) O que mais enfaticamente nos interessa, no momento que passa, é na nossa “sobrevivência histórica do povo que vem vivendo a sua promoção de ser colonial, em ser nacional”; do “ser objeto de pensamento de outros, em ser sujeito do seu próprio pensamento” (Vieira Pinto). E ao mesmo tempo, o estabelecimento de bases para nosso regime de vida e de trabalho, que de simplesmente agrícola, latifundiário, paternal e escravocrata, se transforma no de um país que se industrializa, inserida em um processo de desenvolvimento e de mudanças rápidas;
- d) É tempo de, atendendo a estes imperativos, considerar a indispensabilidade da consciência de processo de desenvolvimento, por parte do povo, a emersão desse povo na vida pública nacional como interferente em todo o trabalho de elaboração, participação e decisão responsáveis em todos os momentos da vida pública – como convém à estrutura o funcionamento de uma democracia;
- e) Tomando em consideração muito especial o problema dos mocambos, vemos que estes, situados nos córregos e morros, mangues e areais do Recife, abrigam habitantes nem sempre marginais, mais de três tipos sociais distintos:
 - 1. o proletariado assalariado;
 - 2. o subproletariado, vivendo de “biscates”;
 - 3. o mendigo, real ou falso.

O primeiro, fazendo parte sistemática do circuito econômico; o segundo fora do circuito em caráter permanente e esforçando-se para nele penetrar; o terceiro, improdutivo e refletindo mais fortemente esse aspecto da nossa patologia social.

Essas zonas se situam na parte urbana, suburbana ou rurbana de Recife, e vem recebendo o impacto constante de populações rurais do estado e de outros estados da região, dando como resultado o que o sociólogo Gilberto Freyre já chamou de “inchação do Recife”.

Sugestões para uma solução:

Conhecida tão criticamente quanto possível essa realidade, em mudança constante, passará o processo educativo a trabalhá-la, de um modo aliás que parece convir a todo o território nacional, sobretudo onde houver maior concentração de desajustes sociais:

- a) Rever em todos os seus aspectos, a inadaptação dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, com aproveitamento dos positivos que passam ser adaptados á nova realidade;
- b) Proporcionar ao homem um preparo técnico especializado, para poder interferir, de fato, no “processo de desenvolvimento” do país. Equivale a dizer: fazê-lo sair da condição de marginal para a de participante do trabalho, da produção, do rendimento. Aí vale a pena ressaltar ainda o papel das escolas profissionais e rurais, de todos os tipos;

- c) Impedir que o trabalho educativo se faça sobre ou para o homem, do tipo apenas alfabetizador ou de penetração auditiva simplesmente, substituindo-o por aquele outro que se obtém com o homem; evidentemente mais uma vez imperativo de sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive;
- d) Organizar cursos de todos os tipos, para as zonas mais populosas, onde maior concentração houver de desajustados, de duração rápida, intensiva, ou prolongados, cujos programas devem ser, em parte, planejados com os alunos, para que correspondam à sua realidade existencial. Convém ainda lembrar os que se processam sob regime de internato, quando os recursos o permitirem. Nestes cursos seria dada ênfase ao ensino técnico e agrícola de acordo com a especial destinação de cada um deles. Ao lado destes, os de arte culinária, arranjos do lar, higiene e puericultura, corte e costura, pequenas indústrias caseiras, com vistas ao aumento do poder aquisitivo da família;
- e) Criar, posteriormente aos grupos de estudos, os grupos de ação dentro do espírito do auto-governo, agindo sobre problemas mais simples da vida local: buracos das ruas, poças de lama, combate às muriçocas e aos animais daninhos, construção de fossas, realização de feiras, programas esportivos e recreativos em geral, etc. Até uma interferência ativa na vida religiosa, econômica, política, do distrito, do município, do estado e do país;
- f) Articular o trabalho das escolas de adultos com as instituições existentes, para crianças, onde funcionam “Clubes de Pais”, de modo a fortalecer por mais este meio, os laços de união entre família e a escola;
- g) Interessar as instituições beneficentes e particulares de todos os tipos que se interessem por este trabalho de recuperação de adultos, bem como as de pesquisa social e pedagógica – estas fornecendo ao educador os elementos para uma ação positiva e realista;
- h) Criar uma mentalidade nova no educador, a par de um preparo especializado que está a exigir esta forma especial de participação sua no trabalho de erguimento do país;
- i) Renovar os métodos e processos educativos, sem a rejeição dos exclusivamente auditivos. Substituir o discurso pela discussão. Utilizar modernas técnicas de educação de grupos, com recursos áudios-visuais, ativos e funcionais, aproveitando o cinema, a dramatização, o rádio, a imprensa, etc.